

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 14 de março de 2025 • Nº 2009 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

REDE ESTADUAL

Justiça anula privatização de escolas em SP

O juiz Luiz Manuel Fonseca Pires, da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, reconheceu como ilegais os dois leilões que foram realizados no ano passado para conceder a gestão das atividades escolares estaduais para a iniciativa

privada. Com isso, os dois leilões foram anulados. “Ante o exposto, julgo procedente o pedido para reconhecer a ilegitimidade da concessão à iniciativa privada da gestão de atividades desenvolvidas nas escolas públicas do Estado de

São Paulo e decretar a invalidade dos leilões realizados em 29 de outubro e 4 de novembro de 2024”, escreveu o juiz. A ação foi proposta pelo Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo, que celebrou a decisão judicial. **PÁGINA 9**

CÂMARA

STF cassa sete deputados em distribuição de sobras eleitorais

O Supremo Tribunal Federal (STF) anulou ontem, o mandato de sete deputados federais eleitos em 2022 com base em regras para a distribuição das sobras eleitorais consideradas inconstitucionais. Os deputados são Sílvia Waiápi (PL-AP), Sonize Barbosa (PL-AP), Professora Goreth (PDT-AP), Augusto Puppio (MDB-AP), Gilvan Máximo (Republicanos-DF), Lebrão (União-RO) e Lázaro Botelho (PP-TO). Cabe agora ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) refazer os cálculos para definir quem assume os mandatos. Em fevereiro de 2024, o Supremo Tribunal Federal decidiu que todos os candidatos e partidos podem concorrer às sobras eleitorais. Os ministros derrubaram cláusulas, aprovadas em 2021, que condicionaram a distribuição das sobras ao desempenho dos partidos e exigiam um percentual mínimo de votação nos candidatos. A maioria entendeu que os filtros violam os princípios pluralismo político e da soberania popular. **PÁGINA 8**

CADEIA NELE

STF julga dia 25 denúncia de golpe contra Bolsonaro



ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou ontem, a denúncia do inquérito do golpe para julgamento na Primeira Turma da Corte. A votação será no dia 25 de março. Coube ao ministro Cristiano Zanin, presidente do colegiado, incluir o caso na pauta de julgamentos. Completam a composição da Primeira Turma os ministros Cármen Lúcia, Flávio Dino e Luiz Fux. Os ministros vão decidir se

recebem a denúncia e abrem uma ação penal contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) (foto) e seus aliados. O mérito das acusações só será analisado após a chamada fase de instrução do processo, quando testemunhas são ouvidas e novas provas podem ser produzidas. O julgamento será desmembrado com base nos núcleos de atuação descritos pela Procuradoria-Geral da República (PGR) na denúncia. **PÁGINA 8**

RIO-NITERÓI

Cláudio Castro reduz tarifas das barcas para R\$ 4,70

PÁGINA 6

JANEIRO



IBGE

Setor de serviços recua 0,2% influenciado por transportes

O setor de serviços, que reúne atividades como telefonia, restaurantes, tecnologia da informação, hotelaria e salões de beleza, apresentou recuo de 0,2% em janeiro na comparação com dezembro de 2024. A Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que o setor apresentou alta de 1,6% em relação ao mesmo mês de 2024 – décima alta seguida nessa comparação. Já no acumulado de 12 meses, a expansão é de 2,9%. De acordo com o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo (foto), o desempenho do setor ficou próximo da estabilidade. **PÁGINA 2**

GUERRA DA UCRÂNIA

Putin diz que aceita proposta de cessar-fogo

PÁGINA 10

INDICADORES

| IBOVESPA 1,43% / 125.637,11 / 1.773,61 / Volume: 20.769.180.397 / Negócios: 3.417.493 | | | | Bolsas no mundo | | Salário mínimo | R\$ 1.412,00 | IGP-M | 1,06% (fev.) | EURO turismo | Compra: 6,3875 | Venda: 6,5675 | | |
|---|-------|--------|-------|-------------------|--------|----------------|--------------|-------------------|--------------|-----------------|----------------|------------------|------------|-------|
| Mais Negociados | | | | Majores Altas | | Majores Baixas | | Taxa Selic | | DÓLAR Ptax - BC | | | | |
| Preço | % | Oscil. | Preço | % | Oscil. | Preço | % | Oscil. | (29/01) | (29/01) | Compra: 5,8131 | -0,24% | | |
| COGNA ON ON NM | 1,61 | -6,40 | -0,11 | WDC NETWORKSON NM | 2,460 | +10,81 | +0,240 | MONT ARANHA ON ED | 279,99 | -15,92 | -53,01 | S&P 500 | 5.521,52 | -1,39 |
| B3 ON NM | 11,60 | +10,48 | +1,10 | VIVED ON NM | 1,560 | +10,64 | +0,150 | CASAS BAHIA ON NM | 4,760 | -12,82 | -0,700 | NASDAQ Composite | 17.303,013 | -1,96 |
| HAPVIDA ON NM | 2,08 | 0,00 | 0,00 | B3 ON NM | 11,60 | +10,48 | +1,10 | AMERICANAS ON NM | 5,85 | -10,96 | -0,72 | Nasdaq 100 | 19.225,482 | -1,89 |
| AMBEV S/A ON | 13,33 | +2,30 | +0,30 | GER PARANAP ON | 31,99 | +10,27 | +2,98 | VALID ON NM | 24,22 | -7,80 | -2,05 | Euronext 100 | 1.562,41 | -0,42 |
| BRADESCO PN EJ N1 | 11,65 | +1,75 | +0,20 | CSNMNERACAON N2 | 5,760 | +9,09 | +0,480 | JOAO FORTES ON | 2,60 | -7,47 | -0,21 | CAC 40 | 7.938,21 | -0,64 |

MERCADOS



Descolada de NY, Bolsa tem maior alta desde 14 de fevereiro

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) retomou ontem, o nível de 125 mil pontos, em recuperação de quase 2 mil pontos em relação ao fechamento anterior. O Índice Bovespa (Ibovespa) flutuou dos 123.589,56 aos 125.774,17 pontos, saindo de abertura aos 123.862,83 pontos. Ao fim, mostrava alta de 1,43%, aos 125.637,11, com giro financeiro a R\$ 20,7 bilhões. Na semana, o Ibovespa passa ao positivo (+0,48%), com ganho no mês a 2,31% e no ano a 4,45%.

Em porcentual, a alta do Ibovespa ontem foi o melhor desempenho para o índice desde 14 de fevereiro, há um mês, apoiado na sessão pelas ações de primeira linha, como Vale (ON +1,38%), Petrobras (ON +0,71%, PN +1%) e as de grandes bancos (Itaú PN

+1,62%, Bradesco PN +1,75%, BB ON +1,63%).

Na ponta ganhadora, B3 (+10,48%), CSN Mineração (+9,09%) e CSN (+7,91%).

A ação da B3, por sua vez, foi impulsionada por decisão favorável do Carf sobre ágio na incorporação de ações da Bovespa holding. No lado oposto do índice da B3, Cognia (-6,4%), Lojas Renner (-4,13%) e Automob (-4%).

Em Nova York, os principais índices de ações encerraram a sessão com perdas de 1,3% (Dow Jones), 1,39% (S&P 500) e 1,96% (Nasdaq).

DÓLAR

O dólar passou a tarde em ligeira baixa no mercado local e encerrou a sessão de ontem, em queda de 0,15%, cotado a R\$ 5,8002, após correr entre mínima a R\$ 5,7917 e máxima a R\$ 5,8358.

JANEIRO

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O setor de serviços, que reúne atividades como telefonia, restaurantes, tecnologia da informação, hotelaria e salões de beleza, apresentou recuo de 0,2% em janeiro na comparação com dezembro de 2024. O resultado é considerado estabilidade, pois não é queda de grande magnitude, e é atribuído, principalmente, ao fraco desempenho das atividades de transportes.

A Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que o setor apresentou alta de 1,6% em relação ao mesmo mês de 2024 - décima alta seguida nessa comparação. Já no acumulado de 12 meses, a expansão é de 2,9%.

Comparação entre meses imediatamente anteriores:

- Janeiro 2025: -0,2%
- Dezembro 2024: 0%
- Novembro: -0,9%
- Outubro: +1,1%

Na comparação de janeiro de 2025 com dezembro de 2024, três dos cinco grupos pesquisados pelo IBGE apresentaram recuo:

- Serviços prestados às famílias:

-2,4%

- Informação e comunicação: 2,3%
- Profissionais, administrativos e complementares: -0,5%
- Transportes, armazenagem e correio: -1,8%
- Outros serviços: 2,3%

De acordo com o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, o desempenho do setor ficou próximo da estabilidade.

"Após alcançar o ápice de sua série histórica em outubro de 2024, o setor de serviços apresentou duas taxas negativas e uma estabilidade nos últimos três meses. Nesse período, acumulou perda de 1,1%, que pode ser explicada pela alta margem de comparação", analisa.

Lobo acrescenta que houve "perda de ritmo", uma vez que em dezembro o acumulado de 12 meses era de 3,2%. "Lembrando que opera perto de seu nível recorde", faz a ressalva.

Na passagem de dezembro para janeiro, 17 das 27 unidades da Federação tiveram resultado negativo no campo. Os extremos foram o Distrito Federal (-8,7%) e Santa Catarina (+3,4%).

TRANSPORTES

O recuo de 1,8% da atividade de transportes, armazenagem e correio não foi o maior nominal,

mas foi a principal influência negativa, por causa do peso, que corresponde a 36,40% de todos os serviços.

O setor teve quedas nos segmentos dutoviário, aéreo, rodoviário coletivo de passageiros, ferroviário de cargas e correio.

O transporte de passageiros teve perda de 7,6% de dezembro para janeiro, na série livre de influências sazonais, o que tira efeitos de calendário e permite comparação mais ajustada.

"A queda do transporte de passageiros foi pressionada tanto pelo transporte aéreo, fruto de uma maior base de comparação com dezembro de 2024 e de uma influência dos preços das passagens (alta de 10,42%), quanto pelo transporte rodoviário coletivo de passageiros", analisa Lobo.

No transporte de cargas, o recuo foi de 0,7%.

FAMÍLIAS

De acordo com o pesquisador do IBGE, a queda de 2,4% nos serviços prestados às famílias pode ser explicada, em parte, pelo comportamento da inflação, que inibe gastos mais supérfluos, como a refeição fora de casa.

O aumento da taxa básica de juros, ferramenta do Banco

Central para conter a inflação, também pode levar à decisão de coibir gastos.

"As famílias podem dar uma pisada no freio", diz.

Dentro do grupo informação e comunicação, que cresceu 2,3%, o pesquisador do IBGE destaca o segmento de tecnologia da informação - atividades como portais, provedores de conteúdo, desenvolvimento de softwares e consultorias - que cresceu 7,8%.

TURISMO

A pesquisa do IBGE mostra que as atividades de turismo apresentaram retração de 6,4% em janeiro na comparação com dezembro. Essa queda é a mais intensa desde a segunda onda da pandemia de Covid-19, em março de 2021, quando caiu 24,4%.

Com o desempenho de janeiro, o turismo se posiciona 7,2% acima do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 6,4% abaixo do ponto mais alto da série histórica, alcançado em dezembro de 2024.

Ante janeiro de 2024, o índice de volume de atividades turísticas no Brasil apresenta crescimento de 3,5%. Em 12 meses, a expansão é de 3,8%.

FEVEREIRO

Abraciclo: produção de motos cresce 25,8%

EDUARDO LAGUNA/AE

A produção de motos teve crescimento de 25,8% em fevereiro, frente ao mesmo mês do ano passado, chegando a 176,7 mil unidades. Na comparação com janeiro, a alta foi de 6,4%.

O balanço foi divulgado ontem, pela Abraciclo, entidade que representa as montadoras de motocicletas instaladas no polo industrial de Manaus (AM), onde é feita a maior parte da produção do veículo no País.

Nos dois primeiros meses do ano, foram produzidas 342,8 mil motos, um crescimento de 21,7% ante o primeiro bimestre do ano passado.

Ao comentar o balanço, o presidente da Abraciclo, Marcos Bento, atribuiu o desempenho ao planejamento estratégico das montadoras, que se preparam melhor para as dificuldades do transporte de car-

gas durante o período de seca na região.

O executivo destaca também a ampliação da capacidade de produção do setor para atender a demanda, puxada nos últimos anos pela expansão dos serviços de entrega (delivery) e pela busca do consumidor por veículos mais baratos e econômicos.

Para 2025, a expectativa da entidade é de crescimento de 7,5% da produção, para 1,88 milhão de motos.

VENDAS

As vendas de motos, de 156 mil unidades no mês passado, subiram 14,4% frente a fevereiro de 2024 e 2,6% na comparação com janeiro.

Com isso, o volume no primeiro bimestre chegou a 308 mil motocicletas, alta de 10,1% em relação aos dois primeiros meses do ano passado.

PREVI

Audidores do TCU tiveram acesso a documentos

JULIANA GARÇON/AE

O presidente da Previ, João Fukunaga, afirmou que os auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) já realizaram diligência na entidade, tendo acesso a documentos e executivos. "Foram super bem recebidos. Não temos medo de auditoria, não temos problema nenhum com auditoria. Acho que é importante esse processo", comentou, acrescentando que os técnicos do TCU passaram uma semana conhecendo a Previ. "Eles também foram muito receptivos, explicaram as diligências e isso foi importante para nós entendermos eles iriam atuar."

O executivo voltou a ressaltar que o déficit acumulado em 2024, de R\$ 3,16 bilhões, se deveu a uma situação conjuntural, de volatilidade no cenário exter-

no, pressão cambial e alta de juros "O déficit do Plano 1 é conjuntural, com perdas de Vale e fortes oscilações de mercado em dezembro." Busca pela redução da exposição em renda variável e focar em pagadoras de dividendo. A Previ pretende seguir reduzindo a exposição em renda variável, ao mesmo tempo em que busca encontrar boas pagadoras de dividendos, disse o diretor de Investimentos da entidade, Claudio Gonçalves. O Plano 1 da entidade teve perdas de 12% em renda variável em 2024.

As maiores perdas em renda variável na carteira foram Vale (22,8%), Neoenergia (6,4%) e BB (4%), comentou o diretor.

"Seguimos no sentido de reduzir a exposição em renda variável e encontrar boas pagadoras de dividendos", afirmou o executivo.

2024/2025

Conab estima safra de grãos acima de 328 milhões de toneladas

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulgou, ontem, o sexto levantamento da safra de grãos 2024/25, que atualiza a produção nacional para 328,3 milhões de toneladas.

A atual estimativa representa uma alta de 10,3%, se comparada ao volume colhido no ciclo anterior (2023/24), com acréscimo de 30,6 milhões de toneladas de 16 grãos a serem colhidos. Se as projeções se confirmarem, será um novo recorde para a produção de grãos no Brasil.

Segundo a Conab, o resultado reflete o aumento na área plantada, estimada em 81,6 milhões de hectares, e a recuperação na produtividade média das lavouras, projetada em 4,02 toneladas por hectare.

Ao compartilhar os números, o presidente da companhia, Edegar Pretto (foto), disse que será uma safra histórica.

"As previsões deste sexto levantamento são mais positivas ainda do que as do quinto levantamento", afirmou Edegar Pretto.

SOJA

A soja continua a ser o principal produto cultivado na primeira safra. Na safra de 2024/25, a produção deve atingir 167,4 milhões de toneladas, com aumento de 13,3% em relação à safra passada. A área plantada de soja é de 47,45 milhões de hectares, com crescimento de 2,8%, na comparação com a última safra. Os números consolidam o Brasil na posição de liderança da produção de soja no mercado global.

O presidente da Conab lem-

brou o excesso de chuvas em janeiro, que provocou atrasos no plantio e tornou o início de colheita mais lento em alguns estados, mas ressaltou que a estiagem de fevereiro já possibilitou o avanço da colheita de 60,9% da área total.

"A diminuição das chuvas no Sul, especialmente no Rio Grande do Sul, que trouxe uma quebra na produção da soja [local], teve uma extraordinária recuperação nas demais regiões, como o Centro-oeste", avaliou Edegar Pretto.

MILHO

A produção de milho estimada pela Conab para a safra 2024/2025 é de 122,76 milhões de toneladas, crescimento de 6,1% na comparação com a última safra. A área plantada deve alcançar 21,14 milhões de hectares, o que representa aumento de 0,4% em relação à última safra do cereal.

A segunda safra de milho registra 83,1% da área prevista já plantada. O índice está abaixo do registrado no último ciclo.

Pretto disse que a diminuição das chuvas "traz certa preocupação para o fim do plantio do milho" e que a Conab acompanha com atenção a situação, porque o milho é o principal componente da ração animal, fornecendo proteína para aves, suínos e bovinos.



"Ter mais milho em oferta, tanto para o nosso Brasil quanto para o exterior, é importante para a economia. O governo tem uma atenção especial para a ração animal e também sobre o preço da carne para os consumidores."

FEIJÃO E ARROZ

Também para o arroz os técnicos da Conab verificaram aumento de 6,5% na área plantada, chegando a 1,7 milhão de hectares, maior área nos últimos sete anos. As condições climáticas têm favorecido as lavouras, permitindo a recuperação de 7,3% na produtividade média, estimada em 7.063 quilos por hectare.

Mantendo-se o cenário atual, a estimativa para a produção neste levantamento passa para 12,1 milhões de toneladas. "O que é muito positivo porque (o arroz) é uma das culturas importantes para o nosso consumo interno", disse Pretto, ao explicar que a colheita deve ser superior à do mesmo período da safra passada em quase todos os principais estados produtores.

Outro item típico da culinária brasileira, o feijão, deve registrar ligeiro aumento (1,5%) na produção total na safra 2024/25, estimada em 3,29 milhões de toneladas. De acordo com a Conab, o resultado é influenciado principalmente pela expectativa de melhora na produtividade média das lavouras, uma vez

que a área destinada ao feijão se mantém praticamente estável.

O presidente da Conab, que é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, enfatizou que a política de apoio aos produtores da agricultura familiar tem juros mais baixos para produção de alimentos como arroz e feijão, além de outras culturas destinadas ao consumo interno. "Neste ano, estamos fazendo a colheita das boas políticas plantadas, no ano passado", comemorou o gestor.

"A Conab acompanha, com assessoramento técnico, a montagem do próximo plano safra. Nossa recomendação é que o governo federal continue com as boas políticas de incentivos para alcançar com a mão amiga o produtor, de modo a aumentar a oferta de alimentos no país e equilibrar os preços, que sejam justos aos consumidores", disse Edegar Pretto.

OUTRAS LAVOURAS

No caso do algodão, a expectativa é que o aumento na área semeada, estimada em cerca de 2 milhões de hectares, resulte na produção de 3,82 milhões de toneladas de algodão em pluma, um novo recorde, se confirmado o crescimento de 3,3%, em comparação com a última safra.

Já o trigo tem expectativa de produção de 9,11 milhões de toneladas, com incremento de 15,6% em comparação com a última safra, apesar da redução de 2,1% da área plantada deste grão. Com isso, a lavoura deve alcançar a área plantada de 2,99 milhões de hectares. A Conab projeta que as condições climáticas até o fim do inverno serão favoráveis para a produção de trigo.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE



EÓLICA MANGUE SECO 1 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/ME nº 11.643.458/0001-85

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no site www.V21Energia.com

| Balanco patrimonial em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais) | | | | Demonstração do resultado do exercício - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, expresso em reais) | | | |
|---|-------|---------------|---------------|--|-------|---------------|---------------|
| Ativo | Notas | 31/12/2024 | 31/12/2023 | Passivo | Notas | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 11.070 | 8.350 | Empréstimos | 10 | 5.293 | 4.840 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 2.152 | 2.167 | Passivo de arrendamento | 8 | 302 | 310 |
| Outros ativos circulantes | | 306 | 403 | Conta de ressarcimento - CCEE | 11 | - | 4.337 |
| Total do Ativo Circulante | | 13.528 | 10.920 | Imposto de renda e Contribuição social a pagar | 12.1 | 345 | 386 |
| Não Circulante | | | | Outros passivos circulantes | | 678 | 604 |
| Realizável a longo prazo | | | | Total Passivo Circulante | | 6.618 | 10.477 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 4.770 | 3.415 | Não Circulante | | | |
| Contrato de mútuo - parte relacionada | 7.1 | 9.862 | 8.894 | Empréstimos | 10 | 38.119 | 43.347 |
| Imobilizado | 9 | 46.312 | 51.280 | Passivo de arrendamento | 8 | 1.754 | 2.260 |
| Intangíveis | | 7 | 10 | Conta de ressarcimento - CCEE | 11 | 17.888 | 6.863 |
| Direito de uso | 8 | 1.758 | 2.293 | Provisão para desmobilização | 13 | 2.131 | 1.864 |
| Outros ativos não circulantes | | 142 | 128 | Provisão contingente | 14 | 80 | - |
| Total do Ativo Não Circulante | | 62.851 | 66.020 | Total Passivo Não Circulante | | 59.972 | 54.334 |
| Total do Ativo | | 76.379 | 76.940 | Patrimônio Líquido | | | |
| Demonstração do resultado abrangente | | | | Capital social | 15 | 11.568 | 10.442 |
| Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais) | | | | Reserva de lucros | 15 | (1.779) | 1.687 |
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | Total Patrimônio Líquido | | 9.789 | 12.129 |
| Lucro/Prejuízo do exercício | | (340) | 6.021 | Total Passivo e do Patrimônio Líquido | | 76.379 | 76.940 |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | | | | |
| Resultado abrangente do exercício | | (340) | 6.021 | | | | |

| Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais) | | | | | | |
|---|------|-------------------|-------------------|---------------|-----------------------------|---------------|
| | Nota | Reserva de lucros | | | Lucro/Prejuízo do Exercício | Total |
| | | Capital social | Reserva de lucros | Reserva legal | | |
| Saldo em 01 janeiro 2023 | | 20.501 | 9.542 | 1.166 | - | 31.209 |
| Redução de capital | | (10.059) | - | - | - | (10.059) |
| Lucro líquido/Prejuízo do exercício | | - | - | - | 6.021 | 6.021 |
| Constituição de reservas | | - | 221 | 300 | (521) | - |
| Distribuição de reserva de lucros | | - | (9.542) | - | - | (9.542) |
| Dividendos propostos | | - | - | - | (1.430) | (1.430) |
| Dividendos adicionais aprovados | | - | - | - | (4.070) | (4.070) |
| Saldo em 31 dezembro 2023 | | 10.442 | 221 | 1.466 | - | 12.129 |
| Dividendo Intercair | 15 | - | - | - | (2.000) | (2.000) |
| Reversão de reserva legal para capitalização | 15 | 1.126 | - | (1.126) | - | - |
| Lucro líquido/Prejuízo do exercício | 15 | - | - | - | (340) | (340) |
| Absorção do prejuízo | 15 | - | - | (340) | 340 | - |
| Distribuição de reserva de lucros | 15 | - | (221) | - | 221 | - |
| Dividendos Antecipados | 15 | - | - | - | (1.779) | (1.779) |
| Saldo em 31 dezembro 2024 | | 11.568 | - | - | - | 9.789 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Em 31/12/2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2010 com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Mangue Seco 1, na cidade de Guarará, Estado do Rio Grande do Norte. O estatuto social define que a Companhia terá prazo de duração até 30 de junho de 2032, findo o qual a Companhia será liquidada na forma do estatuto. A Companhia possui junto à ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

| Eólica | Estado | Cidade | Capacidade Instalada (MW) | Potência assegurada a partir do 3º Quadrênio (MW) | Início 3º quadrênio | Término do contrato CER |
|---------------|--------|---------|---------------------------|---|---------------------|-------------------------|
| Mangue Seco 1 | RN | Guarará | 25,2 | 8,942 | Julho de 2020 | Junho de 2032 |

Contrato de Energia de Reserva - CER - Em 9 de março de 2010, a Companhia firmou um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. A partir de 1º de julho de 2012, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Em conformidade com o contrato firmado com a CCEE, o primeiro quadrênio de geração se encerrou em 30 de junho de 2016. A partir de 1º de julho de 2016 houve a repactuação da garantia assegurada no contrato de 12 MW para a média de geração do quadrênio 9,295 MW. Com início do 3º quadrênio em 1º de julho de 2020 houve a segunda repactuação da garantia física no contrato, de 9,295 MW médio para a média de geração do quadrênio de 8,942 MW médio. Para o 4º quadrênio, iniciado em julho de 2024 houve nova repactuação, com a garantia física chegando a 8,545 MW médio. Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** 2.1. **Declaração de Conformidade** - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 07 de março de 2025. 2.2. **Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor** - Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia ainda não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

| Norma | Correlação IFRS / IAS | Vigência a partir de |
|--|-----------------------|----------------------|
| CPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial | | 01.01.2025 |
| CPC 18 (R3) – Investimento | IAS 28 | 01.01.2025 |
| CPC 02 (R2) – Efeitos das alterações nas taxas de câmbio | IAS 21 | 01.01.2025 |
| CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade | IFRS 1 | 01.01.2025 |
| CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas | IFRS 19 | 01.01.2027 |
| CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis | IFRS 18 | 01.01.2027 |

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo *IASB International Accounting Standards Board*, não trouxeram alterações significativas. 2.3. **Moeda funcional e base de mensuração** - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. 2.4. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Nota explicativa 9 - Imobilizado; Estimativa de vida útil de ativos; 2.4.1 **Estimativas e Premissas** - Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. 3. **Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. 3.1. **Caixa e equivalentes de caixa** - O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. 3.2. **Instrumentos financeiros - Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração** - São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui a conta reserva classificada nesta categoria. **Mensuração subsequente** - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado e estão subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

| Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9 | |
|--|---|
| Ativos financeiros a custo amortizado | Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado. |
| Ativos financeiros mensurados a VJR | Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Instrumentos de dívida ao VJORA | Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. |
| Instrumentos patrimoniais ao VJORA | Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. |

Avaliação do modelo de negócio - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** - A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve



EÓLICA MANGUE SECO 1 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/ME nº 11.643.458/0001-85

energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 30% da energia contratada, a Companhia receberá 70% sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. 3.8. **Dividendos** - A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto, que no ano de 2024 foi considerado 25% ou, se este for omissivo, a importância determinada será de acordo com as seguintes normas: i) Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); (b) e Importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;" 3.9. **Contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança. 3.10. **Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil

líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve identificação de ativos a serem ajustes no valor recuperável. 3.11. **Demais ativos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3.12. **Demais passivos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores encargados ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. 3.13. **Reconhecimento de receita** - As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado, for possível identificar os direitos, houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. 3.14. **Despesas operacionais** - As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. 3.15. **Imposto de renda e contribuição social** - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e

da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do CPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia. Em 2024, a Companhia adotou o mesmo regime de tributação pelo lucro presumido conforme o exercício anterior. 3.16. **Despesas e receitas financeiras** - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacalchud de Salles Fonseca - Diretora

Vagner Alexandre Serratto - Diretor

Responsável técnico pelas informações contábeis

Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis** - A diretoria é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards*

Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda. Roberto Cesar Andrade dos Santos
CRC SP-015199/F Contador CRC - RJ093771/O

Economia

RELATÓRIO FISCAL

Petrobras contribuiu com 7% da arrecadação total do País em 2024

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

A Petrobras foi responsável pelo pagamento de 7% de toda a arrecadação do país em 2024. O dado faz parte do relatório fiscal da companhia referente ao ano passado, divulgado ontem.

O documento detalha o direcionamento dos R\$ 270,3 bilhões pagos em forma de tributos e participações governamentais. O número global já tinha sido informado no fim de fevereiro e equivale à média de R\$ 1,1 bilhão por dia útil.

"Por meio de nossos pagamentos de tributos, contribuímos para gerar impactos positivos na sociedade, garantindo mais recursos para investimentos em áreas fundamentais como saúde, educação, infraestrutura e segurança", diz mensagem no relatório assinado pela presidente da estatal, Magda Chambriard.

Os tributos pagos são direcionados à União, aos estados e municípios. As participações governamentais incluem, principalmente, royalties pela exploração de petróleo e a participação especial (PE) - uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção.

EVOLUÇÃO

O montante de R\$ 270,3 bilhões é 13% superior ao valor pago em 2023. No entanto, fica mais de 3% abaixo dos R\$ 279 bilhões pagos em 2022. Nos últimos 5 anos, foram pagos R\$ 1,1 trilhão. Os valores não levam em conta a inflação do período.

Tributos e participações governamentais:

- 2024: R\$ 270,3 bilhões
- 2023: R\$ 240,2 bilhões
- 2022: R\$ 279,9 bilhões
- 2021: R\$ 202,9 bilhões
- 2020: R\$ 128,7 bilhões

TRIBUTOS

Do total de dispêndios tributários e regulatórios, R\$ 102 bilhões são federais. Os principais tributos pagos à União se referem a impostos sobre o lucro

(IRPJ e CSLL) e sobre o faturamento (PIS e Cofins).

Os tributos estaduais respondem pela maior fatia, R\$ 104,9 bilhões, recolhidos em forma de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Principais estados arrecadadores:

- São Paulo: R\$ 23,4 bilhões
- Minas Gerais: R\$ 14,3 bilhões
- Rio Grande do Sul: R\$ 8 bilhões
- Paraná: R\$ 6,9 bilhões
- Santa Catarina: R\$ 6,6 bilhões
- Rio de Janeiro: R\$ 6,5 bilhões

Os municípios receberam R\$ 1,40 bilhão, praticamente tudo em Imposto sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). O montante foi recolhido por 265 municípios, distribuídos em 21 estados e inclui o Distrito Federal.

A lista é liderada pela cidade de Macaé (RJ), banhada pela Bacia de Campos, polo produtor de petróleo, e possui municípios onde há refinaria, caso de Paulínia (SP), Ipojuca (PE) e Duque de Caxias (RJ).

Dez municípios com maior arrecadação:

- Macaé (RJ): R\$ 317,5 bilhões
- Cubatão (SP): R\$ 97,8 bilhões
- Rio de Janeiro (RJ): R\$ 89,0 bilhões
- Duque de Caxias (RJ): R\$ 89,0 bilhões
- São Sebastião (SP): R\$ 82,9 bilhões
- Paulínia (SP): R\$ 82,8 bilhões
- Ipojuca (PE): R\$ 72,7 bilhões
- Itaboraí (RJ): R\$ 40,3 bilhões
- Vitória (ES): R\$ 35,8 bilhões
- São João da Barra (RJ): R\$ 34,3 bilhões

RESPONSABILIDADE

A Petrobras explica que o total repassado para os governos inclui tributos retidos de terceiros, uma vez que a companhia possui o dever legal de recolhimento por toda a cadeia, na figura de responsável ou substituta tributária.

A técnica da substituição tributária busca promover uma concentração da arrecadação em poucos agentes econômicos para facilitar o recolhimento e a fiscalização.

BANCO CENTRAL

Juros médios cobrados pelos bancos chegam a 42,3% ao ano

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

A taxa média de juros para famílias e as empresas, em janeiro, chegou a 42,3% ao ano nas concessões de crédito livre. No mês, o aumento foi de 1,6 ponto percentual (p.p) e de 4,6 pontos percentuais em 12 meses, segundo as Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas nesta quinta-feira pelo Banco Central (BC).

Nas novas contratações para empresas, o custo médio do crédito atingiu 24,2% ao ano, alta de 2,5 pontos percentuais no mês e 1,7 p.p em relação a janeiro do ano passado. Nas contratações com as famílias, o custo médio do crédito alcançou 53,9% ao ano, aumento de 0,8 p.p no mês e 1,6 p.p em 12 meses.

De acordo com a autoridade monetária, o aumento no custo de juros para as famílias foi impulsionado pelas elevações das taxas de crédito pessoal não consignado vinculado à composição de dívidas (+5,3 p.p.) e de financiamento para a aquisição de veículos (+2,0 p.p.), bem como pela maior participação relativa das operações de cartão de crédito rotativo na composição da taxa média de juros do segmento.

Já em relação às empresas, os motivos foram os aumentos nas taxas médias de juros das operações de cartão de crédito rotativo (+103,1 p.p.), capital de giro com prazo até 365 dias (+9,3 p.p.) e capital de giro com prazo superior a 365 dias (+1,7 p.p.).

O BC informou ainda que o saldo das operações de crédito no Brasil se manteve estável em janeiro em comparação a dezembro, totalizando R\$ 6,5 trilhões.

"Esse desempenho decorreu

do incremento de 1,2% na carteira de crédito às pessoas físicas, saldo de R\$ 4 trilhões, atenuado pela redução de 1,8% no saldo das pessoas jurídicas, que situou-se em R\$ 2,5 trilhões", informou o BC.

Em 12 meses, o crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) cresceu 11,7%, ante 11,5% do mês anterior. Os saldos de crédito às empresas e às famílias registraram aceleração, com avanços, na ordem, de 10,2% ante 9,9% em dezembro do ano passado e de 12,7% para as famílias ante 12,5% ante o mesmo mês de 2024.

Já o saldo das operações de crédito com recursos livres - em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes - alcançou R\$3,7 trilhões em janeiro, uma diminuição de 0,5% no mês e incremento de 11,5% comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

O crédito livre para empresas somou R\$1,5 trilhão, com recuo mensal de 3,2% e incremento de 9,7% em 12 meses. O BC disse que esse resultado refletiu, em grande parte, a redução da carteira de desconto de duplicatas e outros recebíveis (-15,6%), após aumento de juros dos seus estoques de capital de giro total (-1,0%), adiantamento de contratos de câmbio - ACC (-2,4%), repasses externos (-6,8%) e antecipação de faturas de cartão de crédito (-2,6%).

O crédito livre às famílias avançou 1,4% no mês e 12,7% comparativamente a janeiro do ano anterior, totalizando R\$2,2 trilhões. Esse desempenho foi bastante disseminado entre suas principais modalidades, com destaque

para crédito pessoal não consignado (2,6%), financiamento para aquisição de veículos (2,0%), crédito pessoal consignado para beneficiários do INSS (2,3%) e cartão de crédito rotativo (6,7%).

CRÉDITO DIRECIONADO

Em relação as operações de crédito com recursos direcionados - com regras definidas pelo governo e basicamente direcionado a setores como o imobiliário, o rural, infraestrutura e microcrédito -, o BC disse que, em janeiro, o saldo totalizou R\$ 2,7 trilhões, com altas de 0,9% no mês e de 12,1% sobre o mesmo período do ano anterior.

Por segmento, o crédito direcionado às pessoas jurídicas avançou 0,6% no mês e 11,1% em doze meses, somando R\$ 901,7 bilhões, enquanto o crédito destinado às pessoas físicas atingiu R\$ 1,8 trilhão, com aumentos de 1,0% e de 12,6%, na mesma ordem.

INADIMPLÊNCIA

Em janeiro, a inadimplência do crédito total do SFN, considerados os atrasos superiores a 90 dias, alcançou 3,2% da carteira, com incremento mensal de 0,3 p.p. e redução de 0,1 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Nas operações de crédito livre, a inadimplência avançou 0,3 p.p. no mês e recuou 0,2 p.p. em 12 meses, ao atingir 4,4% da carteira.

Para as pessoas jurídicas, a inadimplência no crédito livre às alcançou 2,8% do estoque, com incremento de 0,3 p.p. no mês e redução de 0,5 p.p. em doze meses. A taxa de inadimplência da carteira de crédito livre às famílias também aumentou 0,3 p.p. no

mês, mantendo-se estável em comparação ao mesmo período do ano anterior, em 5,5%.

"O endividamento das famílias situou-se em 48,3% em dezembro, permanecendo estável em relação ao mês anterior e crescendo 0,6 p.p. comparativamente a dezembro de 2023. O comprometimento de renda aumentou 0,5 p.p. no mês, alcançando 26,8%, maior nível desde outubro de 2023, interrompido a trajetória decrescente iniciada em setembro de 2024. A variação em doze meses atingiu +0,9 p.p.", disse o BC.

CRÉDITO AMPLIADO

O BC informou que, em janeiro, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro - formado pelos recursos captados no exterior por meio de empréstimos ou emissão de títulos - atingiu R\$ 18,5 trilhões (155,6% do PIB), com queda de 0,8% no mês, resultante do decréscimo de 4,8% no estoque das captações externas - refletindo a apreciação cambial do Real de 5,9% no período. Em 12 meses, o crédito ampliado cresceu 14,4%, com avanços de 16,5% nos títulos de dívida e de 11,4% nos empréstimos locais.

O crédito ampliado às empresas somou R\$ 6,6 trilhões em janeiro, o que representa 55,2% do Produto Interno Bruto (PIB), diminuição de 1,9% no mês, ressaltando-se os recuos de 4,4% nos empréstimos externos e de 2,0% nos do SFN. Já o crédito ampliado às famílias atingiu R\$4,3 trilhões (36,3% do PIB), com expansões de 1,1% no mês e de 12,6% em doze meses, refletindo, basicamente, o desempenho dos empréstimos do SFN.

Nota

MAGAZINE LUIZA TEM LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 294,8 MILHÕES NO QUARTO TRIMESTRE DE 2024

O Magazine Luiza registrou lucro líquido de R\$ 294,8 milhões nos últimos três meses de 2024, alta de 38,9% frente ao mesmo período de 2023. O indicador ajustado somou R\$ 139,2 milhões, alta anual de 37,1%. Para a diretora de Relações com Investidores da companhia, Vanessa Rossini, mesmo com o cenário de elevadas taxas de juros, o processo de digitalização e, posteriormente, a "consolidação do

ecossistema" através de investimentos na multicanalidade permitiu que a empresa chegar ao resultado visto no lucro líquido. Já no acumulado, o indicador somou R\$ 448,7 mi, revertendo prejuízo de R\$ 979,1 mi apurado no ano anterior. Na mesma base de comparação, mas com o cálculo ajustado, o lucro foi de R\$ 276,7 mi, ante resultado negativo de R\$ 550,1 milhões de 2023. "Os saltos frequentes das taxas de juros e as restrições ao crédito seriam, particularmente, um ambiente nocivo para uma empresa de varejo líder em bens duráveis. Uma Selic de 2 dígitos foi nossa grande prova de fogo.



EÓLICA MANGUE SECO 3 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ Nº 11.643.567/0001-00

obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber com dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto, que no ano de 2024 foi considerado 25% ou, se este for omissivo, a importância determinada será de acordo com as seguintes normas: i) Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e (b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;" 3.9. **Contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança. 3.10. **Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a serem ajustados no valor recuperável. 3.11. **Demais ativos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com

segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3.12. **Demais passivos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. 3.13. **Reconhecimento de receita** - As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. 3.14. **Despesas operacionais** - As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. 3.15. **Imposto de renda e contribuição social** - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma

alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%. O imposto de renda é a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do CPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia. Em 2024, a Companhia adotou o mesmo regime de tributação pelo lucro presumido conforme o exercício anterior. 3.16. **Despesas e receitas financeiras** - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Diretora
Vagner Alexandre Serratto - Diretor

Responsável técnico pelas informações contábeis

Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da Eólica Mangue Seco 3 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Mangue Seco 3 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis** - A diretoria é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards*

Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 07 de março de 2025.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos Contador CRC - RJ093771/O

Rio de Janeiro

VERÃO: Sol com poucas nuvens.
Pancadas de chuva à tarde e à noite.



STF

PF não encontra conversas entre Rivaldo e Marielle

A Polícia Federal (PF) informou ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), não ter encontrado no celular do ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa nenhuma conversa com a vereadora Marielle Franco, assassinada em março de 2018 junto com seu motorista, Anderson Gomes.

Moraes havia determinado nesta semana o envio de qualquer conversa entre os dois, a pedido da defesa de Rivaldo, denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de ser um dos mentores do crime. O advogado Marcelo Ferreira pretendia usar o material para demonstrar que os dois teriam uma relação cordial e profissional. Rivaldo está preso preventivamente desde março do ano passado.

Segundo denúncia da PGR, ele teria planejado e ordenado a morte da vereadora, além de ter atuado para atrair a atenção das investigações sobre o crime enquanto chefiava a Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro.

Além de diálogos com Marielle, a defesa do policial queria que fossem encaminhados pela PF qualquer conversa entre Rivaldo e os delegados Ginton Lages e Daniel Rosa, que atuaram no caso Marielle, e Brenno Carnevale, que relatou interferências superiores so-

bre o trabalho da Delegacia de Homicídios da capital. A defesa pretende sustentar que o ex-chefe da Polícia Civil fez cobranças a respeito da apuração do assassinato.

No ofício encaminhado ao STF, o delegado da Polícia Federal Guilherme Catambry disse também que a perícia não encontrou nenhum diálogo com nenhum dos interlocutores citados no aparelho apreendido com Rivaldo. "Tampouco foram encontradas conversas com essas pessoas no celular da esposa de Rivaldo", relatou o investigador.

CRIME

A vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes foram assassinados em 14 de março de 2018 na região central do Rio de Janeiro. Eles foram alvo de tiros disparados de um veículo em movimento contra o carro em que estavam. Segundo a denúncia da PGR, o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) agiu junto com seu irmão Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, e Rivaldo Barbosa, para planejar a morte de Marielle.

A motivação seria a atuação da vereadora contra a grilagem de terras em áreas controladas por milícias na zona oeste do Rio de Janeiro.

Nota

PF FECHA CINCO RÁDIOS CLANDESTINOS EM ANGRA DOS REIS

Ao longo desta quinta-feira e no dia anterior, a Polícia Federal deflagrou a terceira fase da Operação Megahertz para reprimir a atuação de rádios clandestinos no município de Angra dos Reis, no sul fluminense, em ação conjunta com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Na ação, agentes da Delegacia da PF em Angra dos Reis prenderam três pessoas em flagrante pela prática do crime de transmissão clandestina de sinais de rádio. A operação foi feita para levantar as atividades clandestinas de radiodifusão de cinco rádios piratas que estão afetando as faixas de frequência dos aviões no Aeroporto de Angra dos Reis e prejudicando os serviços prestados via satélite e os de telecomunicações em geral. Todas as cinco rádios clandestinas tiveram as atividades encerradas. Os policiais apreenderam equipamentos utilizados nas transmissões das rádios piratas, como computadores, mesas de som, microfones, além de material utilizado para desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicação.

OPERAÇÃO ESPOLIADOR

448 foragidos são presos por roubo, latrocínio e receptação

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Polícia Civil do Rio de Janeiro realizou ontem a Operação Espoliador, com a finalidade de cumprir mandados de prisão contra foragidos da Justiça por crimes de roubo, em todas as suas modalidades; de latrocínio; e de receptação. A ação ocorreu em todo o estado e contou com a participação de mais de 700 policiais civis.

Ao todo, 448 criminosos foram presos. Entre os presos está Luiz Carlos Lomba, o Chocolate, apontado como um dos líderes da hierarquia do Terceiro Comando Puro (TCP), que fica baseada no Complexo da Maré, na zona norte. Chocolate tinha feito uma harmonização facial

com o intuito de não ser reconhecido pela polícia.

Ele foi preso no município de Itaperuna, noroeste fluminense, num hospital onde passava por uma consulta de avaliação de um procedimento estético.

Segundo a Polícia Civil, a ação visa a atacar toda a cadeia criminosa, desde os líderes das quadrilhas, passando pelos colaboradores, executores e receptadores.

O governador Cláudio Castro disse que essa é uma ação estratégica para desarticular organizações que lucram com a violência e o medo.

"Sabemos que muitas dessas quadrilhas estão diretamente ligadas ao narcotráfico, que não apenas vende drogas, mas

também fomenta outros crimes para ampliar seus lucros. Não daremos trégua ao crime. Seguiremos reforçando o trabalho das forças de segurança, investindo em inteligência e combatendo, com rigor, aqueles que insistem em desafiar a ordem e ameaçar a paz dos cidadãos fluminenses", disse o governador.

INVESTIGAÇÕES

Os mandados de prisão expedidos pela Justiça são decorrentes de inquéritos policiais. As investigações apontam que boa parte dos roubos praticados são fomentados por narcotraficantes que não somente realizam a venda de drogas em comunidades, como exploram o território

das mais diferentes formas.

Para aumentar o lucro, as organizações criminosas também emprestam armas e auxiliam em todo processo logístico para a execução de outros delitos, como roubo de cargas, de veículos, pessoas e residências, além de instituições financeiras e estabelecimentos comerciais. Os recursos oriundos das atividades ilícitas fomentam as disputas territoriais, bem como financiam a "caixinha" das quadrilhas.

Dados de investigação e de inteligência mostram que uma dessas facções, por exemplo, é responsável por cerca de 80% de roubos de veículos e 90% dos roubos de cargas na capital e na região metropolitana do Rio.

PASSAGEM

Cláudio Castro reduz tarifa das barcas de R\$ 7,70 para R\$ 4,70

O governador Cláudio Castro anunciou, ontem, a redução da tarifa do sistema de barcas, que passará de R\$ 7,70 para R\$ 4,70 a partir de 24 de março. A mudança vale para todo o sistema, incluindo as linhas Praça XV - Arariboia, Praça XV - Cocotá e Praça XV - Paquetá (em ambos os sentidos), com exceção da linha Charitas, que já teve redução recente.

"Mudamos a gestão das barcas. Hoje temos um modelo onde o Estado tem maior controle sobre a operação, exigindo mais melhorias. No novo contrato, a empresa vai receber por milha náutica. Andou, recebe. Não andou, não recebe. Essa foi uma mudança fundamental, que viabilizou a redução do preço da passagem, e vai permitir o aumento do número de usuários, dando mais qualidade ao sistema", afirmou o governador Cláudio Castro.

ECONOMIA

O anúncio do novo preço da passagem foi feito por Castro na

Estação Arariboia, no Centro de Niterói, ao lado do secretário estadual de Transportes e Mobilidade Urbana, Washington Reis, e do prefeito de Niterói, Rodrigo Neves. Com mais de 10,3 milhões de embarques em 2024, a linha Praça XV - Arariboia é o principal trecho do transporte aquaviário do estado, com cerca de 80% da demanda de passageiros de todo o sistema. A redução, que contou com estudos técnicos da Secretaria Estadual de Transportes e Mobilidade Urbana, vai representar uma economia de R\$ 132 por mês, considerando viagens em 22 dias (ida e volta), quase 9% do salário mínimo.

A redução da tarifa foi possível com novo modelo de contrato, em que o operador é remunerado com base na quantidade de milhas náuticas e não mais pela receita da venda de passagens.

"Essa é uma das mais positivas agendas do Estado do Rio de Janeiro, pois mostra como o Governo pensa no povo, principal-

mente no que mais precisa. O que estamos fazendo aqui é um pequeno início de uma reforma estruturante, um sentimento de que a população tem voz. Vamos ter todos os modais da Região Metropolitana com preço baixo, para sobrar dinheiro na mão do povo, ir ao supermercado, aumentar seu poder de compra e ganhar tempo", enfatizou o secretário Washington Reis.

CHARITAS

No dia 6 de março, o Governo do Estado já tinha anunciado a redução da tarifa da linha Praça XV x Charitas, de R\$ 21 para R\$ 7,70 graças a um convênio firmado entre a Secretaria Estadual de Transportes e Mobilidade Urbana e a Prefeitura de Niterói.

Para quem pagava a tarifa cheia em Charitas, a economia pode chegar a mais de R\$ 580 por mês, considerando 22 viagens (ida e volta) no período.

O prefeito Rodrigo Neves, destacou a parceria que vem

sendo feita com o Governo do estado para melhorar a mobilidade em Niterói e também nas cidades vizinhas.

"A gente está aqui tratando do interesse da população. Reduzir a tarifa de 7,70 para 4,70, vai beneficiar muito Niterói, mas vai beneficiar também a população de São Gonçalo, assim como o Catamarã Charitas, que a prefeitura está pagando parte do subsídio, beneficia também a população de Maricá", declarou.

NOVO MODELO

O novo consórcio, Barcas Rio, assumiu a operação no dia 12 de fevereiro. O atual modelo de prestação de serviços, com remuneração por milha náutica, é aplicado em outros estados como São Paulo e Espírito Santo e confere maior controle público, assegurando ao Estado a responsabilidade pela definição da tarifa, fiscalização, pagamento e indicação de investimentos futuros.



EÓLICA MANGUE SECO 4 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ Nº 11.643.647/0001-58

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no site www.V2Energia.com

| Balanco patrimonial em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais) | | | | Demonstração do resultado do exercício - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, expresso em reais) | | |
|---|-------|---------------|---------------|--|------------|------------|
| Ativo | Notas | 31/12/2024 | 31/12/2023 | Notas | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Circulante | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 12.527 | 5.195 | | | |
| Contas a receber de clientes | 5 | 2.357 | 2.369 | | | |
| Tributos a recuperar | | 565 | 538 | | | |
| Outros ativos circulantes | | 303 | 418 | | | |
| Total do Ativo Circulante | | 15.752 | 8.520 | | | |
| Não Circulante | | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 4.479 | 7.328 | | | |
| Contrato de mútuo - parte relacionada | 7.1 | 7.336 | 8.894 | | | |
| Imobilizado | 9 | 49.089 | 54.226 | | | |
| Intangíveis | | 11 | 12 | | | |
| Direito de uso | 8 | 1.849 | 2.209 | | | |
| Outros ativos não circulantes | | 79 | 102 | | | |
| Total do Ativo Não Circulante | | 62.843 | 72.771 | | | |
| Total do Ativo | | 78.595 | 81.291 | | | |
| Passivo | | | | | | |
| Circulante | | | | | | |
| Fornecedores | | 562 | 558 | | | |
| Empréstimos | 10 | 5.449 | 5.017 | | | |
| Passivo de arrendamento | 8 | 300 | 287 | | | |
| Conta de ressarcimento - CCEE | 11 | - | 4.792 | | | |
| Imposto de renda e Contribuição social a pagar | 12.1 | 136 | 385 | | | |
| Outros passivos circulantes | | 209 | 139 | | | |
| Total Passivo Circulante | | 6.656 | 11.178 | | | |
| Não Circulante | | | | | | |
| Empréstimos | 10 | 38.489 | 43.871 | | | |
| Passivo de arrendamento | 8 | 1.853 | 2.202 | | | |
| Conta de ressarcimento - CCEE | 11 | 19.056 | 6.872 | | | |
| Provisão para desmobilização | 13 | 2.198 | 1.923 | | | |
| Provisão contingente | 14 | 79 | - | | | |
| Total Passivo Não Circulante | | 61.675 | 54.868 | | | |
| Patrimônio Líquido | | | | | | |
| Capital social | 15 | 10.981 | 12.750 | | | |
| Reserva de lucros | 15 | (717) | 2.495 | | | |
| Total Patrimônio Líquido | | 10.264 | 15.245 | | | |
| Total Passivo e do Patrimônio Líquido | | 78.595 | 81.291 | | | |

| Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais) | | | | Demonstração dos fluxos de caixa Exercício findo em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais) | | |
|--|-------|--------------|--------------|--|------------|------------|
| | Notas | 31/12/2024 | 31/12/2023 | Notas | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Prejuízo do exercício | | (211) | 6.929 | | | |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | | | |
| Resultado abrangente do exercício | | (211) | 6.929 | | | |

| Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais) | | | | | | |
|---|-------------------|-------------------|---------------|------------------------|-----------------------------|---------------|
| Nota | Reserva de lucros | | | | | |
| | Capital social | Reserva de lucros | Reserva legal | Dividendos antecipados | Lucro/Prejuízo do Exercício | Total |
| Saldo em 01 janeiro 2023 | 20.940 | 11.501 | 1.866 | - | - | 34.307 |
| Redução de capital | (8.190) | - | - | - | - | (8.190) |
| Lucro líquido/Prejuízo do exercício | - | - | - | - | 6.929 | 6.929 |
| Constituição de reservas | - | 283 | 346 | - | (629) | - |
| Reversão de reserva de lucros | - | (11.501) | - | - | - | (11.501) |
| Dividendos propostos | - | - | - | - | (1.646) | (1.646) |
| Dividendos adicionais aprovados | - | - | - | - | (4.654) | (4.654) |
| Saldos em 31 dezembro 2023 | 12.750 | 283 | 2.212 | - | - | 15.245 |
| Subscrição de capital | 15 | 2.001 | (2.001) | - | - | - |
| Redução de capital | 15 | (3.770) | - | - | - | (3.770) |
| Lucro líquido/Prejuízo do exercício | 15 | - | - | - | (211) | (211) |
| Absorção do prejuízo | 15 | - | (211) | - | 211 | - |
| Distribuição de reserva de lucros | 15 | - | (283) | - | - | (283) |
| Dividendos antecipados | 15 | - | - | - | (717) | (717) |
| Saldos em 31 dezembro 2024 | 10.981 | - | - | - | (717) | 10.264 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Em 31/12/2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2010 com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Mangue Seco 4, na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

| Eólica | Estado | Cidade | Capacidade Instalada (MW) | Potência Assegurada a partir do 3º Quadrênio (MW) | Início 3º quadrênio | Término do contrato CER |
|---------------|--------|---------|---------------------------|---|---------------------|-------------------------|
| Mangue Seco 4 | RN | Guamaré | 26 | 9,776 | Julho de 2020 | Junho de 2032 |

no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui a conta reserva classificada nesta categoria. **Mensuração subsequente** - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivo e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

| | |
|---------------------------------------|--|
| Ativos financeiros a custo amortizado | Esses ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado. |
| Ativos financeiros mensurados a VJR | Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Instrumentos de dívida ao VJORA | Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. |
| Instrumentos patrimoniais ao VJORA | Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. |

| Norma | Correlação IFRS / IAS | Vigência a partir de |
|--|-----------------------|----------------------|
| CPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial | | 01.01.2025 |
| CPC 18 (R3) - Investimento | IAS 28 | 01.01.2025 |
| CPC 02 (R2) - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio | IAS 21 | 01.01.2025 |
| CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade | IFRS 1 | 01.01.2025 |
| CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas | IFRS 19 | 01.01.2027 |
| CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis | IFRS 18 | 01.01.2027 |

Avaliação do modelo de negócio - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve

um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. **Passivos financeiros** - São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2024, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração** - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente** - A mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.4. Imobilizado** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor. **3.5. Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.6. Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço. **3.7. Conta de ressarcimento - CCEE** - A conta de ressarcimento - CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo: a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 100% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadrênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadrênio contratual,



EÓLICA MANGUE SECO 4 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ Nº 11.643.647/0001-58

sendo que o segundo quadriênio encerrou em 30 de junho de 2020. Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 30% da energia contratada, a Companhia receberá 70% sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. 3.8. **Dividendos** - A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto, que no ano de 2024 foi considerado 25% ou, se este for omissivo, a importância determinada será de acordo com as seguintes normas: i) Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); (b) e importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;" 3.9. **Contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança. 3.10. **Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil

líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve identificação de ativos a serem ajustados no valor recuperável. 3.11. **Demais ativos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3.12. **Demais passivos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. 3.13. **Reconhecimento de receita** - As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. 3.14. **Despesas operacionais** - As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. 3.15. **Imposto de renda e contribuição social** - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação

tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do CPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia. Em 2024, a Companhia adotou o mesmo regime de tributação pelo lucro presumido conforme o exercício anterior. 3.16. **Despesas e receitas financeiras** - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Diretora
Vagner Alexandre Serratto - Diretor

Responsável técnico pelas informações contábeis
Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis** - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards*

Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S/S Ltda. Roberto Cesar Andrade dos Santos
CRC SP-015199/F Contador CRC - RJ093771/O

País

CÂMARA

Hugo Motta adia para terça-feira reunião para definir comissões

GEOVANI BUCCI
E VICTOR OHANA/AE

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que não há "prejuízo de tempo" na decisão de adiar para a semana que vem a distribuição das presidências das comissões permanentes. As declarações ocorreram em entrevista a jornalistas num evento da organização Todos pela Educação, em São Paulo, nesta quinta-feira.

"Nós optamos por, na próxima terça-feira (18), fazer uma reunião exclusiva para definir as comissões, com qual comissão cada partido ficará. Até porque, se tivéssemos feito hoje, elas teriam também que ser instaladas só na próxima quarta-feira. Então, não há prejuízo de tempo", afirmou.

Motta prosseguiu: "Nós colocamos esse prazo da próxima terça para que possíveis entendimentos possam ser estabelecidos e, na terça, cheguemos a essa reunião já com amplo consenso acerca das presidências das comissões permanentes da Câmara".

Conforme mostrou o Broadcast Político mais cedo, as bancadas da Câmara não conseguiram chegar a um acordo sobre a distribuição das comissões per-

manentes. Esses colegiados funcionam como porta de entrada para que propostas legislativas cheguem até o plenário da Casa.

O PL, por ter o maior número de deputados, tem direito a fazer os dois primeiros pedidos de comissões. O líder do partido na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), tem dito que quer as comissões de Relações Exteriores e de Saúde.

O PT vem na sequência, com direito a um pedido. Em seguida, o PL pede mais uma vez, e o PT faz mais uma solicitação. Só depois os demais partidos passam a fazer os pedidos, de acordo com a proporcionalidade.

O PT indicava preferência pelas comissões de Educação e de Fiscalização e Controle, mas o líder Lindbergh Farias (RJ) disse ontem que pode mudar a estratégia e priorizar Direitos Humanos. Já o PL indica que sua 3ª preferência seja Minas e Energia, mas disputa o posto com o PSD.

Além disso, o MDB e o União Brasil disputam a relatoria do Orçamento de 2026. Nessa negociação, o MDB é mais cotado ao cargo, enquanto o União ficaria com a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O PL, no entanto, também quer a CCJ.

CADEIA NELE

STF julga dia 25 denúncia do golpe contra Bolsonaro

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Alexandre de Moraes (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou ontem, a denúncia do inquérito do golpe para julgamento na Primeira Turma da Corte. A votação será no dia 25 de março.

Coube ao ministro Cristiano Zanin, presidente do colegiado, incluir o caso na pauta de julgamentos. Completam a composição da Primeira Turma os ministros Cármen Lúcia, Flávio Dino e Luiz Fux.

Os ministros vão decidir se recebem a denúncia e abrem uma ação penal contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados. O mérito das acusações só será analisado após a chamada fase de instrução do processo, quando testemunhas são ouvidas e novas provas po-



BRUNO PERES/ABRASIL

dem ser produzidas.

O julgamento será desmembrado com base nos núcleos de atuação descritos pela Procuradoria-Geral da República (PGR) na denúncia.

Neste momento, Alexandre de Moraes liberou a denúncia contra o núcleo 1, que segundo a PGR é composto pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, pelos ex-ministros Walter Braga Netto

(Casa Civil e Defesa), Anderson Torres (Justiça), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) e Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira (Defesa), o ex-comandante da Marinha, Almir Garnier, o deputado Alexandre Ramagem e o tenente-coronel Mauro Cid.

O ministro despachou após receber as defesas prévias dos denunciados e o parecer do pro-

curador-geral da República Paulo Gonet.

Questionamentos sobre regras processuais e sobre a imparcialidade do ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito do golpe, dominaram as manifestações das defesas dos denunciados.

Os advogados apresentaram ao STF uma série de objeções envolvendo a tramitação do caso e também a organização da denúncia. Com base em argumentos técnicos sobre supostos "vícios" formais no andamento da investigação, as defesas tentam encerrar o inquérito sem análise do mérito.

Todas as questões preliminares precisam ser consideradas pelos ministros no julgamento sobre a admissão da denúncia. A tendência, no entanto, é que a acusação seja recebida.

ELEIÇÕES

Norma sobre sobras pode levar sete deputados a perder mandato

ANDRÉ RICHTER/A BRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que sete deputados federais podem perder os mandatos. A decisão tem validade imediata, mas depende da Justiça Eleitoral e a Câmara dos Deputados para ser efetivada.

A decisão foi tomada no processo no qual a Corte derrubou as atuais regras para distribuição das chamadas sobras eleitorais para cálculo das vagas na Câmara. As regras são usadas para cálculo das cadeiras que devem ser preenchidas por candidatos eleitos nas casas legislativas.

Com a decisão, a bancada do Amapá, formada por oito deputados, deve ser a mais atingida,

provocando a troca de metade dos parlamentares. As alterações devem atingir os atuais deputados Dr. Pupio (MDB), Sonize Barbosa (PL), Professora Goretth (PDT) e Sílvia Waiápi (PL).

Mais três deputados podem perder os mandatos: Lebrão (União Brasil-RO), Lázaro Botelho (PP-TO) e Gilvan Máximo (Republicanos-DF).

As vagas devem ser preenchidas por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Rafael Bento (Podemos-TO), Professor Marcivânia (PCdoB-AP), Paulo Lemos (PSOL-AP), André Abdon (Progressistas-AP) e Aline Gurgel (Republicanos-AP).

ENTENDA

Em fevereiro do ano passado,

os ministros julgaram ações protocoladas pelos partidos Rede Sustentabilidade, Podemos e PSB para contestar trechos da minirreforma eleitoral de 2021. A Lei 14.211/2021 reformulou as regras para distribuição das sobras eleitorais.

Antes das alterações, todos os partidos podiam disputar as sobras eleitorais, que são calculadas pela Justiça Eleitoral para ocupar as vagas que não foram preenchidas após o cálculo do quociente eleitoral, critério principal para definir a vitória dos parlamentares nas eleições.

Com a nova lei, somente candidatos que tiveram votos mínimos equivalentes a 20% do quociente eleitoral e os partidos que obtiverem mínimo de 80% desse quociente passam a disputar as

vagas oriundas das sobras.

A decisão do Supremo permitiu que todos os partidos e candidatos concorressem sem restrições em uma das fases de distribuição das sobras eleitorais.

A Corte considerou que o novo entendimento era aplicável às eleições de 2024. Dessa forma, os sete deputados não seriam atingidos.

Na sessão de ontem, os ministros julgaram recursos dos partidos para que as novas regras das sobras sejam aplicadas às eleições de 2022, pleito no qual os sete parlamentares foram eleitos.

Por 6 votos a 4, os ministros decidiram que as regras são aplicáveis às eleições de 2022, e os deputados devem ser substituídos.

Nota

MAIS 5 SÃO PRESOS NO CEARÁ POR CRIMES CONTRA PROVEDORES DE INTERNET

A Polícia Civil do Ceará prendeu mais cinco pessoas suspeitas de participar de crimes contra empresas provedoras de internet no estado. Com as prisões, efetuadas na tarde de quarta-feira, já chegam a 17 o número de detidos pela Operação Strike, que ocorreu, simultaneamente, em Fortaleza e nas cidades de Caucaia, Horizonte e São Gonçalo do Amarante. A operação cumpriu 12 mandados de prisão e 37 de busca e apreensão, e apreendeu três pistolas. Segundo a polícia, as cinco pessoas foram presas em flagrante pelo crime de funcionamento clandestino de empresas de internet e por receptação. As ações ocorreram em bairros de Fortaleza. Ainda durante os trabalhos policiais, foram cumpridos mandados de busca e apreensão. Na ocasião, roteadores e distribuidores de fibra óptica foram apreendidos nos bairros de Padre Andrade, Pirambá, Ellery, Carlito Pamplona e Barra do Ceará, em Fortaleza, além da cidade de Horizonte, Região Metropolitana da capital. Os outros 12 presos, com idades entre 21 e 43 anos, já são investigados por crimes como extorsão, tráfico de drogas, associação ao tráfico e receptação.

REDE ESTADUAL

Justiça anula leilões para gestão privada de escolas

ELAINE PATRICIA CRUZ /ABRASIL

O juiz Luiz Manuel Fonseca Pires, da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, reconheceu como ilegais os dois leilões que foram realizados no ano passado para conceder a gestão das atividades escolares estaduais para a iniciativa privada. Com isso, os dois leilões foram anulados.

"Ante o exposto, julgo procedente o pedido para reconhecer a ilegalidade da concessão à iniciativa privada da gestão de atividades desenvolvidas nas escolas públicas do Estado de São Paulo e decretar a invalidade dos leilões realizados em 29 de outubro e 4 de novembro de 2024", escreveu o juiz.

A ação foi proposta pelo Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp), que celebrou a decisão judicial. "A Apeoesp conquistou mais uma vitória na justiça contra o programa de privatização de escolas estaduais de Tarcísio de Freitas e Renato Feder (secretário estadual da Educação). O juiz Luís Manuel Fonseca Pires, da

3ª Vara da Fazenda Pública, deu sentença de mérito em Ação Civil Pública da Apeoesp, que suspende os efeitos dos leilões de 33 escolas realizados na Bolsa de Valores de São Paulo", diz o sindicato em uma publicação em seu site.

A Parceira Pública Privada (PPP) de Novas Escolas, proposta pelo governo de Tarcísio de Freitas, previa que 33 unidades de ensino estaduais fossem construídas e geridas administrativamente pela iniciativa privada, que seria responsável por serviços como limpeza, manutenção, alimentação, vigilância e internet, por exemplo. O objetivo desse projeto, afirma o governo, é melhorar e modernizar a infraestrutura das escolas da rede estadual, para garantir mais tempo para gestores e professores se dedicarem às atividades pedagógicas de ensino.

Para o juiz, no entanto, não seria possível "dissociar o espaço físico (da escola) da atividade pedagógica".

"A licitação e a pretensão de concessão a particular da gestão de escolas públicas comprometem o serviço público de educa-

ção porque pressupõem equivocadamente ser possível dissociar o espaço físico da atividade pedagógica. Incorre-se em erro de compreensão sobre os múltiplos sentidos da pedagogia ao se sustentar alguma imaginária independência da estrutura física em relação ao projeto educacional, propõe-se uma artificial divisão entre a gestão do espaço físico escolar e a atividade desenvolvida em sala de aula. O risco dessa política pública, vale repetir, é o comprometimento da autonomia pedagógica por afetar diretamente a gestão democrática", escreveu o juiz.

OS LEILÕES

O primeiro desses leilões, realizado em outubro do ano passado, foi vencido pelo Consórcio Novas Escolas Oeste SP, que assumiu o lote oeste. O valor oferecido foi R\$ R\$ 11.989.753,71 da contraprestação prevista de R\$ 15,2 milhões, o que resultou em um deságio de 21,43%. O edital envolvia a construção de 17 escolas, com 462 salas de aula e 17,1 mil vagas.

Já o segundo leilão, do lote

leste, foi arrematado pelo Consórcio SP+Escolas. O valor oferecido foi R\$ 11.546.994,12 da contraprestação prevista de R\$ 14.901.270,00 milhões, o que resultou em um deságio de 22,51%. O grupo ficou responsável por construir 16 unidades de ensino que atenderia 17,6 mil alunos em 476 salas de aula.

Por meio de nota, a Procuradoria Geral do Estado (PGE/SP) informou ainda não ter sido intimada sobre essa decisão.

"O Estado de São Paulo defende a continuidade do projeto de parceria público-privada (PPP) Novas Escolas, impugando decisão que interfere na execução regular da política pública de educação, e reforça que a parte pedagógica das unidades de ensino continuarão sob a gestão da Secretaria Estadual de Educação. Voltado à construção de 33 novas unidades escolares, o projeto visa atender 35 mil estudantes nos ensinos fundamental e médio. Com um investimento previsto de cerca de R\$ 2,1 bilhões, a PPP tem como objetivo melhorar e modernizar a infraestrutura das escolas da rede", escreveu o órgão.

TRÂNSITO

Agente da CET em serviço é baleado e morre na zona oeste

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Um agente da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) morreu baleado após supostamente discutir com um homem quando estava em serviço, na manhã de ontem, no Parque Chácara do Jockey, na zona oeste de São Paulo. Segundo a polícia, ele fotografava um caminhão estacionado de forma irregular quando foi abordado por um motociclista armado. Houve uma discussão e o homem atirou contra ele.

O caso é investigado como homicídio. Entretanto, testemunhas teriam relatado que o agente morreu durante uma tentativa de assalto. O motociclista, armado, pediu a aliança e o celular do guarda.

A reportagem entrou em contato com a CET e aguarda retorno. O agente foi identificado como José Domingos da Silva. No momento da discussão, ele estava usando câmera cor-

poral. As imagens serão requisitadas pela investigação.

De acordo com a Secretaria da Segurança Pública (SSP-SP), a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros foram acionados para atender à ocorrência no cruzamento entre as ruas Osiris Magalhães de Almeida e Francisco Santoro. Ao chegar ao local, os policiais encontraram o homem baleado. Foi constatado que ele já estava morto.

Segundo as informações preliminares, um motoqueiro e o agente da CET se envolveram em uma discussão, quando o motoqueiro atirou contra a vítima, de 48 anos, e fugiu em seguida.

Conforme a SSP, diligências estão em andamento para localizar o criminoso. O caso foi registrado como homicídio no 89º Distrito Policial (Jardim Taboão), que solicitou assessoramento do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

CHICHÁ

Chuva derruba 3ª árvore mais velha da cidade

POR RENATA OKUMURA/AE

A terceira árvore mais antiga da cidade de São Paulo caiu durante o temporal de quarta-feira passada, segundo a Defesa Civil do Estado. Ela ficava no Largo do Arouche, na República, região central. Conforme o órgão estadual, o Chichá de aproximadamente 200 anos quebrou com a chuva e despençou.

Segundo o Corpo de Bombeiros, houve 217 chamados para quedas de árvores na capital e região metropolitana no

dia anterior. Diversas avenidas da capital amanheceram com árvores caídas, entre elas, a Avenida Sumaré, na zona oeste da capital.

De acordo com a Defesa Civil do Estado de São Paulo, 23 pessoas morreram em razão das precipitações registradas desde o início do verão deste ano. Desse total, 6 ocorreram na capital paulista, incluindo a morte de um taxista registrada nessa quarta-feira.

Árvores que ainda resistem na cidade de São Paulo.

DEPENDENTES QUÍMICOS

Coronel vice-prefeito culpa padre Júlio por viciados no Belenzinho

JULIANO GALISI/AE

O vice-prefeito de São Paulo, coronel Ricardo Mello Araújo (PL), afirmou na quarta-feira passada, que a concentração de dependentes químicos no bairro do Belém, na zona leste da cidade, é "culpa" do padre Júlio Lancellotti, que "está fazendo um desserviço" na região. O padre repercutiu a declaração do vice-prefeito, afirmando estar "perplexo".

O comentário foi feito por Mello Araújo numa publicação no perfil dele no Instagram. A captura de tela da declaração circula nas redes sociais na manhã desta quinta-feira.

O vice-prefeito disse ter se baseado em relatos de moradores do Belém.

O comentário foi realizado em uma publicação em que Mello Araújo mostra um imóvel invadido na rua dos Gusmões, no centro da cidade, que será demolido para a construção de

habitações sociais.

Uma seguidora do vice-prefeito convidou-o a visitar a "nova Cracolândia" do bairro do Belém. Ao que o vice-prefeito respondeu: "culpa do Lancelot (sic), está fazendo um desserviço".

A região da Luz ainda concentra o maior "fluxo" da Cracolândia, como é conhecida a concentração de dependentes químicos, mas outros bairros da capital paulista, como o Belém, têm registrado o aumento de "fluxos" locais.

O padre Júlio Lancellotti rebateu o comentário em uma publicação no Instagram ontem. "Perplexo com comentário do vice prefeito de São Paulo @melloaraujo10 que me coloca em situação de risco", escreveu.

PEDIDO DE CPI

Em janeiro de 2024, o padre Júlio Lancellotti foi pivô de um pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal de São Paulo. O vereador

Rubinho Nunes (União Brasil) propôs a instalação de uma "CPI das ONGs" na Câmara paulistana. A comissão, segundo o pedido de abertura, pretendia investigar entidades sem fins lucrativos que recebem recursos públicos da Prefeitura paulista.

Apesar de não ter o nome citado no requerimento de instauração, Rubinho Nunes propagou que, uma vez instalada, a CPI teria como um dos alvos Júlio Lancellotti. A menção ao padre repercutiu de forma negativa e emperrou um acordo entre os líderes da Casa para a instalação da comissão.

Em março, a proposta de Rubinho teve o escopo alterado para uma investigação contra abuso e assédio sexual contra pessoas vulneráveis, usuárias de drogas e em situação de rua na capital, mas não avançou desde então.

O coronel Ricardo Mello Araújo foi indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para

compor a chapa de Ricardo Nunes (MDB) nas eleições de 2024. Ele é ex-comandante da Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), braço da Polícia Militar paulista especializado no combate ao crime organizado.

Em 2020, durante o governo Bolsonaro, Mello Araújo foi nomeado pelo então presidente para a direção da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), entreposto de alimentos localizado na capital paulista, administrado pelo governo federal.

Mello Araújo foi cotado para assumir uma secretaria municipal de forma acumulativa ao cargo de vice. As pastas de Projetos Estratégicos e de Transportes emergiram como opções ao ex-policial, mas as nomeações não foram adiante. Em janeiro, a Prefeitura afirmou que, apesar da continuidade de Edsom Ortega no comando dos Projetos Estratégicos, o secretário atuaria em conjunto com Mello Araújo.

TEMPORAL

'A gente enxergou a morte', diz passageira de carro atingido por árvore

CAIO POSSATI/AE

Três mulheres viveram um momento de grande tensão durante as fortes chuvas que atingiram São Paulo quarta-feira. Elas estavam a bordo de um carro que foi atingido por uma árvore que caiu na Rua Artur Azevedo, em Pinheiros, bairro da zona oeste da capital paulista. O veículo ficou bastante danificado. Os vidros das portas dianteiras e da parte traseira ficaram totalmente destruídos. No capô e no parabrisa, era possível ver os efeitos do impacto da vegetação que cedeu. Apesar dos danos materiais, as três vítimas não tiveram ferimentos graves.

Duas delas, Raquel Nascimento e Cristiane Andrade, que trabalham no setor administrativo do Hospital das Clínicas, afirmaram que tinham saído por volta das 17h, quando ficaram presas no trânsito da Artur Azevedo. No

carro também estava a mãe da Raquel.

Ventava e chovia tanto que não era possível enxergar pela janela, e o semáforo da via já tinha parado de funcionar, lembram. "A gente estava parada no trânsito, quando minha mãe começou a falar: 'Aquele árvore está balançando, minha filha, ela vai cair'", conta Raquel ao Estadão. "A árvore veio caindo lentamente, e quando bateu saiu amassando tudo."

"A pancada foi terrível, foi muito forte. Já foi afundando o teto, pegando todo o vidro", diz Cristiane. "Os galhos começaram a entrar pelo meu vidro, no banco do passageiro onde eu estava. Na parte de trás, onde estava a mãe da Raquel, quebrou por inteiro. Foi terrível". Sem saber se algum fio também tinha caído junto com a árvore, elas contam que temeram sair do carro e tomar algum choque. O Corpo de

Bombeiros e comerciantes que trabalham nos entornos ajudam no resgate das três mulheres, que, apesar do susto, não tiveram ferimentos graves.

"É diferente quando você assiste pela televisão de quando você passa pela cena. É perigosíssimo sair em temporal. Ali, a gente enxergou a morte", acrescentou Cristiane Andrade.

CAOS EM PINHEIROS

Pinheiros foi um dos bairros mais afetados na capital. No entanto, outros veículos foram danificados pela queda da vegetação e a estrutura de vidro do restaurante Levena, também localizado na Rua Artur Azevedo, cedeu por conta do temporal.

Uma das funcionárias, que não quis se identificar, explicou à reportagem que os fortes ventos provocaram a queda de uma grande janela de vidro do estabelecimento. Ninguém ficou ferido,

segundo ela. Procurados, os gerentes do local não quiseram gravar entrevista.

O restaurante, do chef Diego Louzано, estava com a fachada interdita, com faixas zebreadas pela calçada em volta de uma pilha de cacos de vidro espalhados pelo chão. Diferentes ruas e estabelecimentos de Pinheiros ficaram sem energia elétrica - na capital, cerca de 127 mil tiveram o serviço interrompido, segundo a Enel, concessionária responsável pela distribuição de energia na região metropolitana de São Paulo. Os poucos comércio com luz, funcionavam com o uso de gerador, conforme observado pela reportagem.

Luciano Vieira, gerente de um comércio que faz a venda de massa folhada, estava preocupado com a falta de energia elétrica na rua quando foi abordado pela reportagem, por volta das 20h desta quarta-feira.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.005/763-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES, DA 3ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO IMÓVEL DO CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 3ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 04 de abril de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar que seja realizada a transferência do controle societário das Cédulas para o BRASIL DO INFRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA RESPONSABILIDADE LIMITADA, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito sob o CNPJ nº 56.101.373/0001-03; (ii) Aprovar que seja realizada a exclusão do Sr. Marcos Roberto Ferrin Lorenzoni Ribeiro, brasileiro, empresário, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 106133995 IFPR, inscrito no CPF sob o nº 109.310.927-01, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Aníbal de Mendonça, nº 123, apto. 502, Ipanema, CEP 22410-050, da qualidade de Fidejussor dos Créditos Imobiliários representados pela CCT; (iii) Aprovar a não decretação do evento previsto na cláusula 7.1, subitem (ii), do Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças ("Contrato de Cessão de Créditos"), em razão do descumprimento da obrigação de celebrar adiantamentos semestrais ao Instrumento Particular de Promessa de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Fiduciária"), contados da data de emissão da 1ª Série, conforme previsto na cláusula 3.1.2.2 do Contrato de Cessão Fiduciária; (iv) Aprovar a não decretação do evento previsto na cláusula 7.1, subitem (xv), do Contrato de Cessão de Créditos, em razão do cumprimento intempestivo da obrigação de contratar e manter vigentes os Seguros (definidos nos Documentos da Operação), conforme previsto nas cláusulas 5.11, 5.1.1 e 5.1.1.2 do Contrato de Cessão de Créditos; (v) Aprovar a não decretação do evento previsto na cláusula 7.1, subitem (vi), do Contrato de Cessão de Créditos, em razão do descumprimento da obrigação de proporcionar a formalização de ao menos 90% de comercialização da capacidade total das Usinas, no prazo de 12 meses contados da data de emissão da 1ª Série; (vi) Aprovar a não decretação do evento previsto na cláusula 7.1, subitem (ii), do Contrato de Cessão de Créditos, em razão do cumprimento intempestivo da obrigação de enviar declaração atestando que não ocorreram Eventos de Recuperação Compulsória, conforme previsto na cláusula dos documentos previstos na cláusula 7.1.1.2 do Contrato de Cessão de Créditos; (vii) Aprovar a não decretação do evento previsto na cláusula 7.1, subitem (ii), do Contrato de Cessão de Créditos, em razão do descumprimento da obrigação de envio das declarações de imposto de renda e demonstrações financeiras, conforme aplicável, dos Fidejussores previstos na cláusula 9.1, subitem (xvii), do Contrato de Cessão de Créditos; (viii) Aprovar a não decretação do evento previsto na cláusula 7.1, subitem (ii), do Contrato de Cessão de Créditos, em razão do descumprimento da obrigação de envio de cópia do último contrato social atualizado das SPEs e último extrato mensal de investimento do Cotista do EQI Liquidez, conforme previsto na cláusula 7.1.2 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Cotas em Garantia e Outras Avenças ("Contrato de Alienação de Cotas"); (ix) Aprovar a não decretação do evento previsto na cláusula 7.1, subitem (ii), do Contrato de Cessão de Créditos, em razão do descumprimento da obrigação de envio de notificação pelos Fidejussores a cada 60 dias informando os bens e equipamentos adquiridos no período, bem as respectivas notas fiscais, assim como incluir eventuais equipamentos adquiridos no Anexo I-A do Instrumento Particular de Promessa de Alienação Fiduciária de Equipamentos e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos"), conforme previsto nas cláusulas 2.4 e 2.4.2 do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; (x) Aprovar a não decretação do evento previsto na cláusula 7.1, subitem (ii), do Contrato de Cessão de Créditos, em razão do descumprimento da obrigação de enviar declaração assinada por representante devidamente constituído pelas Fiduciárias, que indique o valor individualizado atribuído aos componentes que formam os valores dos Equipamentos, conforme previsto na cláusula 2.11 do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; (xi) Aprovar a não decretação do evento previsto na cláusula 7.1, subitem (ii), do Contrato de Cessão de Créditos, em razão do descumprimento da obrigação de enviarem a Alienação Fiduciária de Equipamentos em suas respectivas demonstrações financeiras, conforme previsto na cláusula 5.1, subitem (ii), do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; (xii) Aprovar a não decretação do evento previsto na cláusula 7.1, subitem (ii), do Contrato de Cessão de Créditos, em razão do descumprimento da obrigação de manter o Fundo de Despesas acima do seu Valor Mínimo (conforme definido nos Documentos da Operação), assim como recompo-lo de maneira temporária, conforme previsto nas cláusulas 8.2.2 e 8.8.3 do Termo de Securitização; (xiii) Aprovar a não decretação do evento previsto na cláusula 7.1, subitem (ii), do Contrato de Cessão de Créditos, em razão do descumprimento da obrigação pecuniária de manter o Fundo de Reserva acima do seu Valor Mínimo (conforme definido nos Documentos da Operação), assim como recompo-lo de maneira temporária, conforme previsto na cláusula 8.9.2 do Termo de Securitização; (xiv) Caso sejam aprovados os itens (iii), (vi), (vii), (viii), (ix), (x) e (xi), aprovar a concessão de prazo adicional de 90 dias contados da formalização da Ata de Assembleia para que sejam cumpridas as referidas obrigações; (xv) Caso sejam aprovados os itens (xii) e (xiii), aprovar a concessão de prazo adicional até o dia 30 de abril de 2025 para que sejam realizadas as referidas recomposições; (xvi) A autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de agente fiduciário dos CRI, possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos e adiantamentos aos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização) necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata de assembleia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail alfassimilias@oliveiraatrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI FORGREEN 3ª", observando os seguintes procedimentos: (i) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; (ii) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas de Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br/>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br/) - Sistema Fundos.NET, bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 14 de março de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização

ONU

Irã critica reunião do CS como interferência injustificada da AIEA

PATRICIA LARA/AE

O Irã criticou a reunião do Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU), avaliando que o encontro representou uma interferência injustificada no engajamento construtivo em andamento entre o país e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). "(A reunião) serve apenas a um propósito: continuar a política fracassada e ilegal de pressão máxima contra o Irã", disse o embaixador do Irã nas Nações Unidas, Sa'eed Irvani, em uma declaração divulgada ontem.

O Conselho de Segurança realizou, na quarta-feira, uma reunião privada sobre o Irã, solicitada pela França, Grécia, Panamá, República da Coreia, Reino Unido e EUA. Os países citaram apreensão sobre o aumento da produção de urânio alta-

mente enriquecido pelo Irã.

"As questões levantadas para esta reunião são puramente técnicas e se enquadram exclusivamente no mandato da AIEA. Essas questões foram discutidas na semana passada no conselho de governadores da AIEA em Viena. Não há base legítima para o envolvimento do Conselho de Segurança", avaliou o representante iraniano em documento.

Irvani elogiou a postura de membros do Conselho que aderem a uma abordagem imparcial e baseada em princípios e em fatos, rejeitando qualquer tentativa de explorar este órgão para fins políticos.

"As atividades nucleares do Irã são inteiramente pacíficas", afirmou Irvani, acrescentando que o país não violou o Plano de Ação Conjunto Global (Jcpoa, na sigla em inglês), que impôs restrições ao programa nuclear iraniano.

GUERRA NA UCRÂNIA

Putin diz concordar com proposta de cessar-fogo

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, afirmou que concorda com a proposta de cessar-fogo, mas que o acordo deve levar a uma paz duradoura e eliminar as "causas raízes do conflito". A declaração foi realizada em coletiva de imprensa ontem.

"Precisamos conversar com os EUA sobre quem controlará o acordo. O cessar-fogo em si é certo e nós o apoiaremos, mas há questões a serem discutidas", mencionou Putin, ao ressaltar ser "impossível" não levar em consideração os interesses russos para as negociações.

Na ocasião, Putin disse que "talvez" ele e o presidente norte-

americano, Donald Trump, precisem fazer uma ligação por telefone para discutir mais detalhes do acordo. "Agradeço Trump por dar tanta atenção para o acordo com a Ucrânia", afirmou.

Segundo o Kremlin, tropas ucranianas estão em total isolamento em Kursk e a atual proposta do cessar-fogo não deixa claro como a situação se desdobrará na região e em outros locais.

O presidente russo disse que, caso os EUA e a Rússia concordem em estabelecer uma cooperação energética, um gasoduto para a Europa pode ser fornecido.

"Será benéfico para a Europa, graças ao gás russo barato", defendeu Putin.

CESSAR-FOGO

O assessor do Kremlin, Yuri Ushakov, se opôs ao cessar-fogo temporário proposto pelos Estados Unidos, aceito pelo presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, em entrevista para um canal televisivo russo, ontem. "Este cessar-fogo proposto não é nada mais do que uma trégua temporária para os militares ucranianos. Nosso objetivo é um acordo de paz de longo prazo", afirmou. Segundo o representante, os russos querem um acordo de paz que leve em consideração "os interesses legítimos e preocupações" da Rússia, o que, segundo ele, são conhecidos. "Ninguém precisa de passos que imitem um caminho pacífico", ressaltou Ushakov.

AÇÕES DA OTAN

A Rússia e a Bielorrússia consideraram as ações da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) no contexto do conflito com a Ucrânia como "hostis e desestabilizadoras", segundo uma declaração em conjunta dos países lida pelo presidente bielorrusso Alexander Lukashenko, em coletiva de imprensa ontem, ao lado do presidente russo, Vladimir Putin.

"A Rússia e a Bielorrússia estão prontas para tomar medidas militares e diplomáticas em resposta às ações da Otan", menciona o comunicado. De acordo com o informativo, planos para implantar mísseis americanos na Europa desestabilizam a situação.

Nota

PORTUGAL REALIZARÁ ELEIÇÕES ANTECIPADAS EM 18 DE MAIO

Portugal terá eleições antecipadas em 18 de maio, a terceira em apenas três anos, depois que o parlamento derrubou o governo minoritário de centro-direita do primeiro-ministro Luis Montenegro em um voto de confiança. O colapso pode atrasar algumas decisões importantes, incluindo um plano para privatizar a companhia aérea estatal TAP este ano e investimentos em infraestrutura. O governo de Montenegro, que assumiu o cargo há menos de um ano, também pretendia aumentar os gastos com defesa, assim como outras nações europeias.

POR PATRICIA LARA

Os detalhes de um acordo final entre a Ucrânia e a Rússia estão sendo discutidos, disse o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, durante comentários feitos na Casa Branca, onde recebeu o presidente da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, na sigla em inglês), Mark Rutte, ontem.

Trump afirmou que um dos temas na mesa de discussões é o

território da Ucrânia, assim como a questão de uma estação de energia.

Outro tema abordado na entrevista concedida ao lado de Rutte foi a Groenlândia. "Acho que anexação da Groenlândia ocorrerá", afirmou o republicano, acrescentando que o secretário geral poderia ser muito "instrumental" sobre a Groenlândia.

OTAN FORTE

O presidente dos Estados Uni-

dos, Donald Trump, disse que "temos de manter a Otan forte e relevante". Os comentários foram feitos na Casa Branca, onde o republicano recebeu o presidente da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, na sigla em inglês), Mark Rutte, ontem.

Rutte destacou que a Europa está se comprometendo com gastos com defesa mais elevados.

O líder da Otan defendeu ainda que seja formalizado um acordo duradouro entre a Ucrâ-

nia e a Rússia.

Trump disse que se o presidente da Rússia, Vladimir Putin, concordar com a proposta de cessar-fogo que está sendo intermediada pelo governo americano "há chance de ser feito".

De acordo com o mandatário norte-americano, Putin fez uma declaração muito promissora, mas não foi completa. "Não acho que a Rússia atacará outros aliados. Nós garantiremos que isso não aconteça", afirmou.

ARGENTINA

‘Ditadura Milei’ vai manter repressão a protestos com violência

LUIZ HENRIQUE GOMES/AE

O Governo da Argentina classificou ontem, os protestos realizados por torcidas organizadas e aposentados em Buenos Aires de "tentativa de golpe de Estado" e disse que continuará reprimindo-os. As declarações foram feitas pelo chefe de gabinete de Javier Milei, Guillermo Francos, que também criticou a Justiça argentina por liberar todos os detidos durante as manifestações.

Os protestos aconteceram na quarta-feira passada e acabaram em confrontos entre manifestantes e policiais que resultaram em mais de 110 presos e 40 feridos - um deles, o fotógrafo Pablo Grillo, está em estado grave.

Segundo Francos, os manifestantes "usaram a violência como instrumento" durante o protesto. "O que eles estão tentando alcançar é uma espécie de golpe de estado", disse.

Ontem, 114 detidos foram libertados pela juíza Karina Andrade. Na decisão, reproduzida pelo jornal argentino Clarín, a juíza alega que as prisões "afetam direitos constitucionais fundamentais, como o direito de protesto, de manifestação em

democracia e liberdade de expressão", assegurados pela Constituição argentina.

Ela acrescenta que as prisões foram feitas sem informações sobre hora e local e de qual crime havia sido cometido. "Na maioria dos casos, o local da prisão não foi informado, aludindo genericamente 'aos eventos no Congresso Nacional'", afirmou.

Segundo o Clarín, cerca de 4 pessoas seguem presas por porte ilegal de armas de fogo e facas.

Após a libertação, Guillermo Francos afirmou que o judiciário deveria aplicar a lei "com mais severidade" e que as autoridades analisarão imagens de vídeos para identificar os manifestantes que agiram com violência. "Se umas 140 pessoas são presas e então, em poucas horas, uma juíza diz que, como estavam defendendo direitos, não pode haver flagrante delito, caso contrário direitos seriam violados... Bom, se você entende a lei dessa forma, é difícil combater a violência organizada de grupos extremistas na Argentina porque os tribunais os liberam rapidamente", declarou.

O ministro da Justiça, Mariano Cúneo Libarona, também

criticou a decisão da juíza. De acordo com ele, a sentença vai ser revista pelo Conselho Municipal de Justiça de Buenos Aires. "Os barra bravas (membros de torcidas organizadas) são criminosos organizados que foram ao Congresso ontem para destruir tudo ao seu alcance e atacar a polícia. Isso não foi um protesto ou exercício de liberdade de expressão; foram criminosos cometendo crimes em plena vista do público", disse o ministro.

FOTÓGRAFO GRAVE

O fotógrafo Pablo Grillo, de 35 anos, ferido por uma bomba de gás lacrimogêneo durante os protestos, segue internado em estado grave. Ele passou por uma cirurgia de urgência nesta quarta-feira, após sofrer uma fratura no crânio e perda de massa cerebral.

Um vídeo que circula nas redes sociais mostra o momento em que o fotógrafo é atingido pela bomba, lançada pelas forças policiais, e cai. Logo em seguida, alguns manifestantes que estavam por perto correm para socorrê-lo.

Grillo é aluno da Associação de Repórteres Gráficos da República

Argentina (aRGr) e membro do partido de esquerda Nuevo Encuentro, liderado pelo ex-deputado nacional Martín Sabbatella.

A aRGr responsabilizou ontem a ministra da Segurança, Patricia Bullrich, pelo ataque ao fotógrafo e exigiu que o presidente Milei a retirasse do cargo. A ministra também é pressionada por outros setores que apoiam os protestos.

Apesar da pressão, Guillermo Francos defendeu a ministra, enfatizou que ela permanece no governo e disse que o incidente com Grillo é parte das "consequências lamentáveis". "(O protesto) foi pressão de um grupo de ativistas políticos bárbaros usando pedras, porretes, armas de fogo e facas, tudo com a intenção de criar caos, e eles foram reprimidos de acordo pelas forças de segurança. Isso não pode continuar sem controle", afirmou.

"Estas são consequências lamentáveis ??desse incidentes, infelizmente, assim como o número de membros feridos das forças de segurança e policiais. O que eles não conseguiram é perturbar a ordem pública que restauramos na Argentina com grande esforço", acrescentou.

FAMI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 42.152.763/0001-06 – NIRE 33.3.0034236-2
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 Ficam convocados os senhores acionistas da FAMI PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), nos termos do Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), no dia 24 de março de 2025, às 11:00 horas, a ser realizada de forma presencial, na sede da Companhia, localizada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Atlântica, nº 1.130, ENT N. 1, 16º andar, SUP. CL. 80.648, Copacabana, CEP 22.021-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovar a assinatura do 1º Aditivo do Acordo de Investimentos celebrado pela Companhia e pela Hollander Consulting LLC.; (ii) o cancelamento de Bônus de Subscrição emitido pela Companhia, (iii) a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais; e (iv) ratificar a transferência de ações.
 Rio de Janeiro, 14 de março de 2025.
SAMY BOTSMAN
 Presidente do Conselho de Administração da Fami Participações S.A.

PAMPA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 32.184.487/0001-04 – NIRE 33.3.003342-54
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2025 - Ata lavrada em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei 6.404/76. 1. **DATA, HORA E LOCAL:** 10 de fevereiro de 2025, às 12:00 horas, na sede social da Pampa Transmissão de Energia S.A. ("Companhia") na Avenida Presidente Wilson n.º 231, salas 1.703 (parte) e 1.704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. 2. **CONVOCAÇÃO E PRESENCIA:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a participação da totalidade das Acionistas da Companhia, na forma do disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76 e alterações ("LSA"), conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. 3. **MESA:** Presidente: Carlos Eduardo Assumpção Olesko; e Secretário: Juan-Gabriel Lopez Moreno. 4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição dos membros titulares e membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia. 5. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a Assembleia Geral aprovou: (i) A reeleição dos membros titulares do Conselho de Administração da Companhia: Sr. Carlos Eduardo Assumpção Olesko, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 077751-1, expedida pelo CREA/SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 024.186.359-70, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson, 231, sala 1.701 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021; Sr. Leandro da Silva Reis, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade n.º 1506621, expedida pelo SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o n.º 803.722.601-87, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson, 231, sala 1.701 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021; Sr. Juan-Gabriel Lopez Moreno, espanhol, casado, engenheiro industrial, portador RNE n.º G017875-R, inscrito no CPF/MF sob o n.º 236.976.318-37, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-002; e Sr. Fernando Martinez-Caro, espanhol, casado, engenheiro civil, portador do passaporte n.º AH637358, inscrito no CPF/MF sob o n.º 237.843.578-90, residente e domiciliado em Toronto, Ontario, Canadá, com endereço comercial na 181 Bay Street, Suite 300, M5J 2T3, Toronto, Ontario, Canadá, bem como dos seguintes membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia: Sr. Gabriel Norberto Zarpellon, argentino, divorciado, diretor de projetos, portador do visto permanente e da carteira de identidade de estrangeiro RNE n.º V347559Q, expedida pelo CGPI/DIREX/DPF, em 17/08/2010, inscrito no CPF/MF sob o n.º 729.437.931-91, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson, 231, sala 1.701 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, como suplente do Sr. Carlos Eduardo Assumpção Olesko; Sr. Germán Sánchez González, espanhol, solteiro, industrial, portador do visto permanente e da carteira de identidade de estrangeiro, portador do RNE n.º V986674-2, inscrito no CPF/MF sob o n.º 062.519.617-16, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson, 231, sala 1701 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, como suplente do Sr. Leandro da Silva Reis; Sr. Paulo Vullu Cyríaco, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 12.722.217-2, expedida pelo IFF/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 085.804.697-08, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-002, como suplente do Sr. Fernando Martinez-Caro; e Sr. Filipe de Aguiar Vasconcelos Carneiro, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG n.º 110.689 e no CPF/MF sob o n.º 061.806.066-92, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-002, como suplente do Sr. Juan-Gabriel Lopez Moreno, todos com mandato unificado de 1 (um) ano, ou seja, até 10 de fevereiro de 2026, conforme respectivos termos de posse (anexos I-A a I-H); e Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todos os atos necessários para formalizar e publicar as deliberações acima. 6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspenso antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que, depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes RJ, 10/02/25. **Mesa:** Carlos Eduardo Assumpção Olesko - Presidente; Juan-Gabriel Lopez Moreno - Secretário. **Acionistas:** **Acionistas:** Carlos Eduardo Assumpção Olesko; German Sanchez Gonzalez; Cymi Construções e Participações S.A. - Felipe de Aguiar Vasconcelos Carneiro; Juan Gabriel Lopez Moreno. **Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações** - (representado por sua administradora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.). Jucerna nº 6861005 em 12/03/2025.

EUA

Megatempestade pode trazer nevascas e tornados

Mais de 100 milhões de pessoas nos Estados Unidos estarão no caminho de uma intensa tempestade a partir de sexta-feira, já que o sistema traz a ameaça de incêndios, nevascas, tornados e inundações à medida que avança para o leste através das Grandes Planícies.

O Serviço Nacional de Me-

teorologia dos EUA previu ventos fortes que se estendem desde a fronteira canadense até o Rio Grande, com rajadas de até 130 km/h, o que cria um risco significativo de incêndio no Texas, Novo México e Oklahoma. Enquanto isso, uma rajada de inverno é esperada mais ao norte, com possíveis condições de

nevasca nas Dakotas e em Minnesota.

A região central, desde a Costa do Golfo até Wisconsin, corre o risco de tempestades severas que podem gerar tornados e granizo. No sábado, 15, a previsão é de que as tempestades severas se desloquem para Louisiana, Mississippi, Alabama,

Tennessee e depois para a Flórida. A possibilidade de enchentes é uma preocupação desde a Costa Central do Golfo até a parte superior do Vale do Ohio.

Espera-se que o clima turbulento chegue à Costa Leste no domingo, 16, com ventos fortes e risco de inundações repentinas em áreas localizadas.